

27 NOV 1993

Dividindo

JORNAL DO BRASIL
27 NOV 1993

O aumento de impostos generalizado não é medida agradável. Mas a essência deste ajuste fiscal proposto pelo governo depois de longa reflexão, e com os novos elementos trazidos à nação pela roubalheira feitas em cima do Orçamento da União, difere em muito das malogradas tentativas de ajuste fiscal já feitas no país.

O ajuste apresentado pelo ministro Fernando Henrique Cardoso é uma grata novidade. Embora surpreenda o contribuinte com a elevação de 5% nas alíquotas de todos os impostos, seu cerne se localiza dentro do próprio governo, que assumiu cortes profundos no Orçamento da União e chamou os estados e municípios a compartilharem da responsabilidade pelo saneamento das finanças públicas nos próximos dois anos.

À exceção do ajuste da dupla Campos-Bulhões em 1964-66, fracassaram os demais porque pecavam num ponto básico: não cortavam as despesas improdutivas do Estado, exageradas pela ação ativa da corrupção, e procuravam transferir a responsabilidade pelo ajuste à sociedade.

Ajuste fiscal é eufemismo criado pelos economistas para designar o que em outras épocas se chamaria arrocho fiscal: a adequação dos gastos do Estado às disponibilidades das receitas orçamentárias. É este o sentido clássico do ajuste no Primeiro Mundo. No Brasil, o gigantismo sem freio do Estado acabou mudando o sentido do ajuste fiscal. Quando o governo fala em ajuste, o brasileiro logo reage ao previsível aumento de impostos. O resultado imediato é o encarecimento dos custos da produção, o repasse para os preços e o aumento da inflação. Por isso, ajuste fiscal perdeu o significado de medida séria visando à estabilização da economia, a partir do equilíbrio orçamentário.

O aumento de impostos sempre funcionou no país como paliativo ao saneamento das finanças

do setor público. O ajuste fiscal representava desajuste para o setor privado, traduzido por inflação, queda da produção, recessão e desemprego. Ante a falta de disposição dos governos para botar ordem no Estado, os contribuintes passaram a resistir bravamente aos impostos, o que agravava o desequilíbrio orçamentário.

Graças à CPI do Orçamento a sociedade ficou revoltada ao tomar conhecimento da malversação, pelos políticos e administradores, dos recursos que arrecada com sacrifício aos cofres públicos. E o governo viu-se forçado a fazer a autocritica em relação aos planos mirabolantes dos tecnocratas para equilibrar o orçamento e combater a inflação.

O governo descobriu que havia muito mais espaço — real e político — para cortar internamente antes de pedir mais sacrifícios ao contribuinte. A disposição de criar uma reserva de contingência para absorver, por dois anos, parte das transferências da União aos estados e municípios, para atender a programas sociais, é solução engenhosa.

Trata-se da recriação, mais refinada, da operação desmonte, cogitada na administração Mailson da Nóbrega para disciplinar a transição nas repartição de receitas e encargos entre a União, os estados e os municípios, definidos pela reforma tributária. Tudo depende, porém, de emenda constitucional, a ser aprovada pelo Congresso.

A proposta do ministro Fernando Henrique Cardoso contempla a distribuição compartilhada dos sacrifícios, com o governo dando o maior exemplo. No caso do aumento geral de 5% nos impostos, equivalentes a 1% do PIB, se todo o conjunto de medidas, incluindo o uso do indexador-redutor de preços, implicar redução rápida da inflação do atual patamar de 35% para 20% ao mês, por exemplo, o contribuinte sairá ganhando. Os 5% a mais de impostos custarão seguramente menos que os 15% de imposto inflacionário eliminado.